

## Eleições Gerais, Já!

Mário Maestri e Otto Filgueiras

O governo Dilma Rousseff rompeu com a população que o elegeu, no próprio dia da vitória. Da promessa demagógica de administração popular, passou sem transição, à acelerada e incessante reorientação neoliberal. Tratou-se de desesperada corrida para salvar sua presidência e o aparato petista que sonhou governar eternamente o Estado brasileiro, no gozo das imensas benesses decorrentes, legais e ilegais.

A situação da presidenta, do governo e do PT era, convenhamos, dramática.

A conjuntura que atinge os países ditos emergentes alcança singular paroxismo no Brasil. A crise, de fundo estrutural, acelerou-se com o esgotamento do período de semi-expansão do comércio internacional e valorização das *commodities* - petróleo, grãos, minérios, etc. Período no qual a economia brasileira conheceu radical processo de desnacionalização e desindustrialização tendenciais, sob a droga de um real super-valorizado, de juros elevados, de domínio do capital financeiro e bancário.

No dia seguinte às eleições, o governo Dilma Rousseff encontrou-se com as finanças e as contas públicas afundadas na desgovernança sem limites das renúncias fiscais para o capital industrial, de capitalização do capital privado através de juros subsidiados, etc. Nesse imenso rombo, pouco peso tiveram as pequenas liberalidades demagógicas para com a população, ao contrário do que a mídia sugere.

O naufrágio geral deveu-se, sobretudo, à hemorragia desenfreada motivada por dívida pública alimentada, nos últimos anos, pela manutenção dos mais elevados padrões de juro do mundo. Tudo associado à expatriação vultosa de capitais - dividendos, *royalties*, etc. -, acrescida pela desnacionalização da indústria, dependência tecnológica, etc. Os imensos gastos eleitorais foram a cereja do bolo.

Além da crise econômica real, a senhora Dilma Rousseff, sua administração e o PT deparavam-se com uma investigação judicial e exposição midiática da corrupção amazônica promovida pelo núcleo central do PT, partido da presidenta, e pelos partidos fisiológicos aliados. Assalto ao Estado transformado em processo institucional, que irrigou as campanhas eleitorais em todos os níveis e enriqueceu milhares de vorazes particulares.

Diante da exposição interessada, promovida pela mídia e pela oposição, do rastro de corrupção, a única defesa da administração e do PT é que todos fazem e que apenas eles foram alvos de denúncia da mídia conservadora.

A senhora Dilma Rousseff, sua administração e o PT sentem-se traídos pela exposição privilegiada que sofrem da mídia e da justiça burguesa. Afinal, eles embolsaram apenas a ‘remuneração’ extra dos conservadores tradicionais, ao servirem o grande capital. Não compreenderam que, ao prestarem um serviço aos donos das riquezas nacionais e internacionais, no governo, expunham-se a prestar, outro, também, ao serem lançados, pelo ex-patrão, na prisão e sarjeta, como exemplos da maldade e corrupção dos princípios de esquerda, populares e operários,

que há muito renegaram e enxovalharam.

Incontinenti, o governo Dilma Rousseff constituiu um ministério de mostrengos políticos, comandados por um *boy* dos banqueiros, enquanto lançava o país na inflação e recessão, para cortar o valor real dos salários como exigido pelo capital nacional e internacional. A senhora Dilma Dousseff abandonou crescentemente a demagogia e afagos parciais e restritos dados tradicionalmente a sua base de sustentação, em prol do consenso do grande capital nacional e internacional.

O escandaloso estelionato eleitoral reviveu e engrossou os segmentos sociais ricos e médios derrotados na eleição passada, que saíram às ruas pedindo o fim do governo. A presidenta, sua administração e o PT viram-se imobilizados e acuados, sob o ataque das ruas e de um legislativo em paroxismo conservador, em grande parte pertencente à base parlamentar do governo.

Conhecendo a mais rápida e radical queda de apoio da história nacional, o governo Dilma Rousseff procedeu, sem pudor, nojo e dignidade, concessões sem fim para o grande capital e os conservadores tradicionais, na oposição e na sua base de apoio. Tudo na desesperada esperança de permanecer a qualquer custo no governo até 2018, se arrastando.

Ninguém pode prever se a senhora Dilma Rousseff permanecerá até o fim do mandato, a custa de tudo entregar, de tudo privatizar, de tudo cortar, de reduzir os trabalhadores e assalariados à miséria relativa e absoluta, radicalizando o descabro que assola a sociedade brasileira. Ou se será defenestrada, quem sabe, já nos próximos meses.

O certo e líquido é que o presente governo, visto ainda por parte da população como administração popular e de esquerda, se encontra, de fato, nas mãos do grande capital, que impulsiona, através da presidenta, como implementará, sem ela, após sua derrubada, retrocesso geral e histórico das condições de existência da população trabalhadora e assalariada no país.

Temos que sair da sinuca de bico em que nos encontramos.

A proposta de mobilização pela queda de Levy é fumaça nos olhos da população. Esse cavaleiro da triste figura e língua enrolada é apenas um convidado de importância em ministério formado por *walkings deads* conservadores de todos os sabores. Uma reforma ministerial e uma radical reorientação política do governo são propostas fantasiosas, vista a essência da atual administração. Ela já concedeu tudo e se encontra atualmente dançando no fio da navalha.

Não podemos, em nenhum caso, apoiar um *impeachment* conservador que substitua vinte por dez + dez, e receba, ainda, um *trocado*. Ele seria um golpe das forças de direita que violaria, ao menos no sentido, instituições que as próprias forças burguesas se deram. E significará, igualmente, importante operação política, ideológica e social contra o mundo do trabalho, pois identificá com a presidenta e sua administração, jogados ladeira abaixo, o derrubamento de idéias e programas de esquerda e de um partido que traz no seu nome “dos trabalhadores”, apesar de há décadas se ter posto ao serviço do poder.

Nem apoio ao governo, nem apoio à sua derrubada.

Devemos exigir, ao contrário, que se entregue a solução nas mãos da população brasileira. Temos que sair às ruas pedindo novas eleições, para presidente, vice, senadores e deputados, já. Sem a participação de acusados por qualquer prevaricação contra os cofres públicos. Sem contribuição dos grandes capitalistas. Com o direito de candidaturas que passem ao lado dos partidos presentes.

\* Mário Maestri, é historiador; Otto Filgueira, jornalista. Com a colaboração de Florence Carboni

20 de setembro de 2015